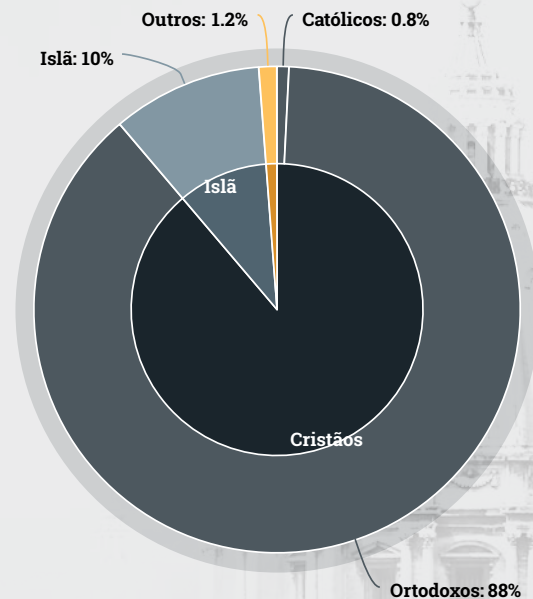


Geórgia



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado estão consagradas na Constituição. No entanto, as leis e as políticas favorecem a Igreja Ortodoxa Georgiana, que goza de privilégios que não são extensivos a qualquer outro grupo religioso. Um acordo com o Governo dá a esta Igreja um estatuto único. A concordata concede direitos que incluem imunidade legal para o Patriarca da Igreja Ortodoxa Georgiana, o direito exclusivo de ter membros seus na capelania militar, isenção do serviço militar para o seu clero e um papel consultivo no Governo, especialmente na educação. A Igreja Ortodoxa tem o direito exclusivo de comprar bens estatais e de privatizar terrenos agrícolas do Estado sem qualquer custo. Por lei, as escolas públicas não podem ser usadas para fins de instrução religiosa, proselitismo ou conversão forçada. Houve relatos de conversões religiosas forçadas e de pelo menos um incidente de violência entre a polícia e manifestantes religiosos.

A Igreja Ortodoxa Georgiana e as Testemunhas de Jeová foram afetadas por restrições às atividades religiosas nas regiões da Abecásia e Ossétia do Sul, que permaneceram fora do controle do Governo central. É difícil obter dados fiáveis da região. Na Ossétia do Sul, as autoridades separatistas não permitiram a realização de serviços religiosos da Igreja Ortodoxa Georgiana perto das aldeias étnicas georgianas de Nuli, Eredvi, Monasteri e Gera. Algumas comunidades de

Testemunhas de Jeová estabeleceram uma relação de trabalho com as autoridades locais, que lhes permitem a realização de algumas assembleias religiosas públicas e de convenções. Na Ossétia do Sul, as Testemunhas de Jeová não foram oficialmente reconhecidas e realizaram serviços religiosos em privado. As autoridades efetivas perseguiram-nas ocasionalmente. Em Akhagori, na Ossétia do Sul, as autoridades locais impediram as Testemunhas de Jeová de orientarem atividades religiosas e a sua literatura foi classificada como “extremista” por parte dos separatistas. As Testemunhas de Jeová permaneceram oficialmente proibidas na Abecásia.^[1]

Membros de grupos comparativamente recentes na região, incluindo batistas, pentecostais e testemunhas de Jeová, enfrentaram perseguições e intimidação por parte de agentes da lei e extremistas da Igreja Ortodoxa Georgiana. Em 2014, a construção de uma casa de oração previamente aprovada para as Testemunhas de Jeová em Terjola foi suspensa após protestos por parte dos habitantes locais. Desde que as mudanças políticas começaram no Egito, em 2011, tem havido um influxo de imigrantes Cristãos Coptas. Os líderes coptas queixaram-se de incidentes nos quais as autoridades ortodoxas recusaram autorização aos Cristãos coptas para prestarem culto em igrejas ortodoxas.^[2]

Em fevereiro de 2016, a Geórgia deixou cair uma proposta de lei antiblasfêmia por forte oposição de ativistas da liberdade de expressão e de membros de minorias religiosas. A proposta iria estabelecer multas elevadas por insultos à

[1] <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2015/georgia>

[2] <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2015/georgia>

Igreja Ortodoxa Georgiana, embora o texto da proposta fosse pouco claro em relação ao que constituía uma ofensa. Aparentemente, a Igreja reagiu de forma contraditória à proposta, mas no final distanciou-se dela. Alguns sacerdotes ortodoxos consideraram a proposta como demasiado radical e ofensiva para as minorias.^[3]

INCIDENTES

As Testemunhas de Jeová relataram um aumento dos ataques físicos e da perseguição, incluindo um caso em que uma pessoa morreu após uma cirurgia. Outro incidente ocorreu em Tbilisi, no dia 7 de julho de 2014, quando cinco homens destruíram os livros de três testemunhas de Jeová que praticavam proselitismo, derrubando seu carrinho e espancando-as. Representantes de grupos religiosos minoritários disseram que muitas pessoas alegavam que eles ameaçavam os valores culturais do país e que tinham sentido resistência às suas atividades religiosas. Um relatório do *Tolerance and Diversity Institute* (TDI) [Instituto de Tolerância e Diversidade] afirmou que o clero da Igreja Ortodoxa Georgiana contribuía para as atitudes sociais hostis em relação às comunidades religiosas minoritárias.

Em 17 de junho de 2014 foi relatado que um georgiano tinha partido o nariz de uma testemunha de Jeová perto de um salão do reino em Kutaisi. Testemunhas de Jeová relataram que o agressor e outro homem os tinham atacado verbal e fisicamente por causa da sua religião, mas após uma investigação um procurador decidiu que este não era um caso de intolerância religiosa. O procurador acusou ambas as partes de se infligirem lesões corporais uns aos outros. De acordo com as Testemunhas de Jeová, durante a cirurgia que se seguiu aos ferimentos, a vítima teve uma insuficiência respiratória aguda e morreu. Em 7 de outubro, o agressor foi condenado por infligir lesões corporais ligeiras.

Em 10 de setembro de 2014, os opositores de uma nova madrasa (escola muçulmana) para crianças em Kobuleti mataram um porco em frente ao edifício e pregaram a cabeça do porco na porta de entrada da escola. Em outubro de 2014, uma disputa por causa de um edifício que costumava ser uma mesquita levou a um protesto e a um conflito entre manifestantes e polícia em Mokhe, no município Adigeni de Samtskhe-Javakheti. As autoridades locais tinham reservado o local, reivindicado simultaneamente pelas comunidades muçulmanas e cristãs na aldeia, para a construção de um centro comunitário e uma biblioteca.^[4]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

[3] <http://www.eurasianet.org/node/77341>

[4] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238382#wrapper>

Embora continue havendo discriminação social tanto contra as minorias religiosas recentes na região como contra os muçulmanos, o Governo tomou medidas para melhorar a situação. Em maio de 2014, foi adotada uma Estratégia Nacional para a Proteção dos Direitos Humanos para 2014-2020, a qual deu prioridade à liberdade religiosa e à proteção das minorias religiosas. Os objetivos desta estratégia incluíam o estabelecimento de garantias legislativas contra a discriminação de grupos religiosos, a prevenção e investigação efetiva de crimes motivados por ódio e intolerância religiosa, o reforço do princípio do secularismo nos serviços públicos, a compensação por danos infligidos a organizações religiosas, a promoção da igualdade através do sistema de educação e o aumento da consciência pública e dos níveis de tolerância.